



JAIR MAROCCO

José Henrique Mouta Araújo
Rosalina Moitta Pinto da Costa

Apresentações

EFICÁCIA EXPANSIVA DA SENTENÇA CONSTITUCIONAL

A presente obra investiga o papel da tese jurídica emitida pelo Supremo Tribunal Federal em diferentes procedimentos (controle concreto ou abstrato), sua finalidade e eficácia, além dos precedentes judiciais que, em conjunto, contribuem para o esclarecimento do direito vigente.

O autor parte da hipótese de que a recepção das técnicas do *common law* pode conviver com as categorias tradicionais da jurisprudência e das súmulas, num modelo brasileiro de vinculação a decisões judiciais.

Mais do que um Tribunal de precedentes judiciais, a dinâmica de atuação e o estilo das decisões do Supremo permitem visualizá-lo, também, como tribunal de teses jurídicas.

Área específica

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Áreas afins

PROCESSO CONSTITUCIONAL.
TEORIA GERAL DO PROCESSO.
TRIBUNAIS SUPERIORES

Palavras-chave

Precedentes judiciais – Teses jurídicas e precedentes –
Eficácia da sentença constitucional

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm
CÓDIGO SANKHYA: 2899

M354e

Marocco, Jair

Eficácia expansiva da sentença constitucional / Jair Marocco. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

153p.; 14,5cm x 21,5cm.

ISBN: 978-65-5518-609-3

1. Precedentes judiciais. 2. Teses jurídicas e precedentes. 3. Eficácia da sentença constitucional. I. Título.

CDD 347.05

CDU 347.9

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MAROCCO, Jair. *Eficácia expansiva da sentença constitucional*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 153 p. ISBN 978-65-5518-609-3.

JAIR MAROCCO

Procurador do Estado do Pará, Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Especialista pela Universidade de Pisa – Itália.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
José Henrique Mouta Araújo.....	13
APRESENTAÇÃO	
Rosalina Moitta Pinto da Costa.....	15
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 2	
A EFICÁCIA EXPANSIVA DAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: ANTECEDENTES E O ESTADO ATUAL.....	21
2.1 Composição e competência do Supremo Tribunal Federal na estrutura organizacional-constitucional brasileira.....	21
2.2 A “guarda da Constituição” e a evolução de teorias da interpretação judicial: Judiciário como copartícipe do desenvolvimento do direito – Da interpretação <i>in abstracto</i> e da interpretação <i>in concreto</i>	22
2.3 Das modificações do direito positivo rumo à expansão da eficácia das decisões do STF: de Ruy Barbosa ao Novo CPC.....	26
2.4 Do pano de fundo para as reformas: dispersão jurisprudencial excessiva, crise numérica no STF, tutela da segurança jurídica, da igualdade e da uniformidade.....	32
2.5 Aproximação ao modelo do <i>common law</i> ?.....	34
2.6 Os artigos 926 e 927 do CPC e normas correlatas: o coroamento do <i>stare decisis</i> no direito brasileiro e alguns apontamentos críticos...39	
CAPÍTULO 3	
O NOVO PAPEL DA SENTENÇA CONSTITUCIONAL NO DIREITO BRASILEIRO.....	49
3.1 A iniciativa perante a Corte.....	49
3.2 O procedimento decisório.....	50
3.2.1 Colegialidade e discussão pelo órgão julgante.....	56
3.2.2 Modo de deliberação, estrutura da sentença e os argumentos submetidos a contraditório.....	66
3.2.3 Publicação da decisão.....	75
3.3 O produto da decisão e a questão dos seus efeitos.....	78
3.3.1 Os graus de eficácia: precedentes expansivos x precedentes vinculantes.....	83
3.3.2 O conteúdo da decisão: <i>ratio decidendi</i> x teses jurídicas.....	84
3.4 Especificações sobre o produto da decisão nos diferentes procedimentos.....	97
3.4.1 No controle concentrado de constitucionalidade.....	97
3.4.2 Nos enunciados de súmula vinculante e enunciados de súmula em matéria constitucional.....	105
3.4.3 No Recurso Extraordinário.....	116
3.4.4 Demais decisões da Corte.....	131
3.5 Repercussões dos produtos decisórios nos demais procedimentos...133	
3.5.1 A reclamação no sistema brasileiro de vinculação a decisões.....	133
3.5.2 A ação rescisória e a violação manifesta de norma jurídica.....	135
3.5.3 Decisões monocráticas do relator.....	136
3.5.4 Reflexos conexos, no sistema do Código, do acertamento do direito pela Suprema Corte.....	137
3.6 Modificação de orientação em teses e em precedentes e modulação temporal.....	138
3.7 Considerações finais acerca das reformas e da crise numérica no STF.....	141

CAPÍTULO 4	
CONCLUSÕES.....	143
REFERÊNCIAS.....	147